



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
 Coordenadoria Contábil e Financeira
 Núcleo Setorial Contábil

SUMÁRIO

1. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	02
1.1. Declaração do Contador	02
1.2. Demonstrações Contábeis	04
Balanco Patrimonial	04
Quadro de Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes	05
Quadro de Compensações	06
Demonstração das Variações Patrimoniais	07
Balanco Orçamentário	09
Demonstrativo da Execução dos Restos a Pagar Não Processados	10
Demonstrativo da Execução dos Restos a Pagar Processados e Não Processados Liquidados	10
Balanco Financeiro	11
Demonstração do Fluxo de Caixa	12
1.3. Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis	13
1.4. Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis	15
Nota 1 – Caixa e Equivalentes de Caixa	15
Nota 2 – Estoques	15
Nota 3 – Imobilizado e Intangível	15
Nota 4 – Bens Imóveis	17
Nota 5 – Passivo Circulante	18
Nota 6 – Patrimônio Líquido	18
Nota 7 – Transferências e Delegações Recebidas e Concedidas	19
Nota 8 – Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos x Desvalorização e Perdas de Ativos e Incorporação de Passivos	20
Nota 9 – Pessoal e Encargos e Benefícios Previdenciários e Assistenciais	20
Nota 10 – Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	21

1. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

O Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais – TRE/MG, com a competência que lhe é atribuída pelo art. 96, inciso I, alínea “a”, da Constituição Federal e pelos arts. 29 e 30 da Lei nº 4.737, de 15/07/1965 (Código Eleitoral), é órgão pertencente à estrutura do Poder Judiciário Federal, com sede à Av. Prudente de Moraes, nº 100, Bairro Cidade Jardim – Belo Horizonte/MG e tem por finalidade assegurar a organização e o exercício de direitos políticos.

O TRE/MG constitui-se em uma Corte de 2º grau, responsável pela apreciação dos recursos oriundos de julgamentos realizados na 1ª instância (zonas eleitorais) do Estado de Minas Gerais, assim como por ações originárias, que se iniciam diretamente no 2º grau. Para tanto, trabalha alinhado com as orientações, determinações, instruções e padronizações oriundas do Tribunal Superior Eleitoral – TSE.

Administrativamente, o TRE/MG, com o apoio dos cartórios eleitorais, faz a gestão das eleições em todo o Estado de Minas Gerais, sendo responsável por todas as suas etapas, desde a inscrição dos eleitores até a apresentação dos resultados das eleições e a diplomação dos eleitos.

É regido pela Resolução nº 1.014, de 16/06/2016, que regulamenta suas atribuições e as de seus membros (alterada pelas Resoluções nºs 1.018, de 18/08/2016, 1.028, de 16/12/2016, 1.080, de 14/05/2018, e 1.117, de 04/09/2019). As competências das unidades integrantes da Secretaria do Tribunal, com as atribuições dos cargos e as funções comissionadas, estão previstas nas Resoluções nº 1.072, de 21/03/2018 (e alterações) e nº 843, de 28/07/2010 (e alterações), esta última dispõe sobre a regulamentação das atribuições, atividades e estrutura administrativa da Ouvidoria do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais.

As competências e atribuições que normatizam os atos processuais da 1ª instância estão previstas no Regulamento dos Juízes e Cartórios Eleitorais da Circunscrição de Minas Gerais, aprovado pela Resolução nº 803, de 03/12/2009, e alterado pelas Resoluções nºs 836, de 30/06/2010; 858, de 23/11/2010; 860, de 14/12/2010; 863, de 14/04/2011; 888, de 05/07/2012; 895, de 17/08/2012; 905, de 25/10/2012; 985, de 18/09/2014, 1.046, de 10/10/2017, 1.080, de 14/05/2018, e 1.119, de 23/09/2019.

O TRE/MG, na condição de órgão público do Poder Judiciário Federal, não realiza arrecadação de tributos, não auferindo receita própria. Para cumprir seus objetivos institucionais, recebe dotações orçamentárias e os respectivos recursos financeiros por meio de repasses efetuados pelo TSE. Dessa forma, o seu desempenho na gestão orçamentária, financeira e patrimonial é melhor avaliado a partir da execução orçamentária, quando implementa ações necessárias ao atendimento dos objetivos da gestão, com gastos em custeio e investimentos. A partir de uma gestão orçamentária responsável, pautada pela transparência e atendimento à sua missão institucional, tem-se por consequência um adequado desempenho financeiro e patrimonial.

1.1. DECLARAÇÃO DO CONTADOR

As demonstrações contábeis do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais – TRE/MG compreendem os seguintes demonstrativos:

- Balanço Patrimonial – evidencia os ativos, passivos e o patrimônio líquido;
- Demonstração das Variações Patrimoniais – evidencia o resultado apurado no exercício de 2021, com a confrontação das variações patrimoniais aumentativas e as variações patrimoniais diminutivas;
- Balanço Orçamentário – informa o orçamento aprovado em confronto com sua execução;
- Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar não Processados, dos Restos a Pagar Processados e não Processados Liquidados – evidencia os compromissos assumidos pelo Tribunal inscritos em exercícios anteriores e no exercício anterior ao do relatório, e sua execução no ano de referência do demonstrativo;
- Balanço Financeiro – evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte;
- Demonstração do Fluxo de Caixa – apresenta as entradas e saídas de caixa.

A conformidade contábil é realizada pelo Núcleo Setorial Contábil – NSECO do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais, que compõe a estrutura da Coordenadoria Contábil e Financeira, subordinada à Secretaria de Orçamento e Finanças, em cujos procedimentos observa-se o princípio da segregação de função.

Não houve registro de restrições na conformidade contábil durante o exercício de 2021. Todas as equações, inclusive aquelas não sujeitas a restrição, foram analisadas e devidamente acompanhadas no decorrer do exercício.

As demonstrações contábeis a seguir foram extraídas do sistema SIAFIWEB em 12/01/2022. Todos os valores são expressos em reais.

DECLARAÇÃO

Esta declaração refere-se às demonstrações contábeis e suas notas explicativas de 31 de dezembro de 2021 do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais, reflete a conformidade contábil das demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2021 e é pautada na Macrofunção 020315 – Conformidade Contábil do Manual SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal.

Declaro que as Demonstrações Contábeis constantes no SIAFI: Balanços Patrimonial, Orçamentário e Financeiro, as Demonstrações das Variações Patrimoniais e do Fluxo de Caixa e suas notas explicativas, encerradas em 31 de dezembro de 2021, estão, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a Lei nº 4.320/1964, com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e com o Manual SIAFI.

Esclareço que a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido não é disponibilizada no SIAFI para esta Unidade Gestora.

Belo Horizonte, 08 de fevereiro de 2022.

DENISE DE QUEIROZ FERREIRA
CRC-MG 80333
Contadora Titular da UG

1.2. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO			
ESPECIFICAÇÃO	NE	2021	2020
ATIVO CIRCULANTE		13.292.857,39	14.650.936,03
Caixa e Equivalentes de Caixa	1	5.778.055,10	10.354.781,13
Créditos a Curto Prazo		770.947,00	612.996,14
Demais Créditos e Valores		770.947,00	612.996,14
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo		-	-
Estoques	2	6.490.488,96	3.142.583,49
Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda		-	-
VPDs Pagas Antecipadamente		253.366,33	540.575,27
ATIVO NÃO CIRCULANTE		106.390.148,95	94.466.727,83
Ativo Realizável a Longo Prazo		-	-
Estoques		-	-
Investimentos		-	-
Participações Permanentes		-	-
Propriedades para Investimento		-	-
Propriedades para Investimento		-	-
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos		-	-
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos		-	-
Investimentos do RPPS de Longo Prazo		-	-
Investimentos do RPPS de Longo Prazo		-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS		-	-
Demais Investimentos Permanentes		-	-
Demais Investimentos Permanentes		-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.		-	-
Imobilizado	3	96.306.495,22	87.125.160,34
Bens Móveis		51.334.315,86	42.069.371,20
Bens Móveis		98.859.990,65	87.727.760,66
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis		-47.525.674,79	-45.658.389,46
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis		-	-
Bens Imóveis	4	44.972.179,36	45.055.789,14
Bens Imóveis		49.978.608,82	49.978.608,82
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis		-5.006.429,46	-4.922.819,68
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis		-	-
Intangível	3	10.083.653,73	7.341.567,49
Softwares		10.083.653,73	7.341.567,49
Softwares		10.232.640,41	7.428.292,61
(-) Amortização Acumulada de Softwares		-148.986,68	-86.725,12
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares		-	-
Marcas, Direitos e Patentes Industriais		-	-
Marcas, Direitos e Patentes Industriais		-	-
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind		-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.		-	-
Direitos de Uso de Imóveis		-	-
Direitos de Uso de Imóveis		-	-
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis		-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis		-	-
Diferido		-	-
TOTAL DO ATIVO		119.683.006,34	109.117.663,86

PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	NE	2021	2020
PASSIVO CIRCULANTE		24.207.097,45	19.056.654,59
Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	5	23.835.301,11	18.779.879,11
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo		-	-
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo		342.700,67	206.046,83
Obrigações Fiscais a Curto Prazo		-	-
Obrigações de Repartição a Outros Entes		-	-
Provisões a Curto Prazo		-	-
Demais Obrigações a Curto Prazo		29.095,67	70.728,65
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		-	-
Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Longo Prazo		-	-
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo		-	-
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo		-	-
Obrigações Fiscais a Longo Prazo		-	-
Provisões a Longo Prazo		-	-
Demais Obrigações a Longo Prazo		-	-
Resultado Diferido		-	-
TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL		24.207.097,45	19.056.654,59
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
ESPECIFICAÇÃO	NE	2021	2020
Patrimônio Social e Capital Social		-	-
Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)		-	-
Reservas de Capital		-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial		-	-
Reservas de Lucros		-	-
Demais Reservas		-	-
Resultados Acumulados		95.475.908,89	90.061.009,27
Resultado do Exercício		-11.380.616,36	-9.445.327,16
Resultados de Exercícios Anteriores		90.061.009,27	99.900.097,23
Ajustes de Exercícios Anteriores		16.795.515,98	-393.760,80
(-) Ações / Cotas em Tesouraria		-	-
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	6	95.475.908,89	90.061.009,27
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		119.683.006,34	109.117.663,86

O Balanço Patrimonial representa a posição contábil e financeira da entidade, retratando os bens, direitos e deveres, além do patrimônio líquido e sua evolução em 2021, em relação ao exercício de 2020.

Na composição do Ativo, o item Imobilizado representa 80,46% do total do Ativo, composto pelos investimentos em bens móveis em 53,30%, principalmente em tecnologia da informação, bem como em imóveis, que perfazem 46,70% do Ativo. Houve um aumento de 9,68% em 2021, na comparação dos valores totais do Ativo. Já o Passivo Circulante teve um aumento de 27,03% e o Patrimônio Líquido, em menor escala, de 6,02%.

Parte desse aumento nos valores do Patrimônio Líquido estão na conta Ajustes de Exercícios Anteriores, decorrente em sua maior parte da reavaliação de 49.187 urnas eletrônicas, nos termos do Ofício-Circular GAB-DG nº 110/2021 TSE, resultando em uma reavaliação no montante de R\$ 17.402.449,71 e depreciação de R\$ 7.715.676,90, o que ocasionou um acréscimo patrimonial de R\$ 9.686.772,81, classificado como Ajustes de Exercícios Anteriores, justificando a variação em 22,02% da conta Bens Móveis.

QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2021	2020	ESPECIFICAÇÃO	2021	2020
ATIVO FINANCEIRO	5.778.055,10	10.354.781,13	PASSIVO FINANCEIRO	17.935.339,29	21.661.391,36
ATIVO PERMANENTE	113.904.951,24	98.762.882,73	PASSIVO PERMANENTE	23.799.988,67	18.772.389,32
			SALDO PATRIMONIAL	77.947.678,38	68.683.883,18

O Quadro de Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes apresenta os valores de liquidez imediata (Ativo Financeiro), e exigível a curto prazo (Passivo Financeiro), os investimentos de caráter permanente, como os estoques,

intangíveis, bens móveis e imóveis do TRE/MG (Ativo Permanente), bem como os registros patrimoniais sem suporte orçamentário com as provisões de férias (Passivo Permanente).

QUADRO DE COMPENSAÇÕES

ATIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2021	2020
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	4.137.246,86	4.622.633,48
Atos Potenciais Ativos	4.137.246,86	4.622.633,48
Garantias e Contragarantias Recebidas	4.137.246,86	4.622.633,48
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres	-	-
Direitos Contratuais	-	-
Outros Atos Potenciais Ativos	-	-
TOTAL	4.137.246,86	4.622.633,48
PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2021	2020
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	105.148.580,08	89.922.143,83
Atos Potenciais Passivos	105.148.580,08	89.922.143,83
Garantias e Contragarantias Concedidas	-	-
Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres	-	-
Obrigações Contratuais	105.148.580,08	89.922.143,83
Outros Atos Potenciais Passivos	-	-
TOTAL	105.148.580,08	89.922.143,83

O Quadro de Compensações evidencia os atos administrativos que não afetam o patrimônio do TRE/MG de imediato, mas que podem vir a afetá-lo no futuro.

As Garantias e Contragarantias Recebidas correspondem aos valores das garantias oferecidas pelas empresas ao TRE/MG, tais como seguro garantia, fiança bancária e depósito caução, exigidas pela Lei nº 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos).

Já as Obrigações Contratuais correspondem aos valores de todos os contratos firmados pelo TRE/MG, englobando todo o período contratual com as empresas de prestação de serviços, tais como cessão de mão de obra de limpeza, portaria, vigilância armada, motoristas, serviços de correios, telefonia, serviços de comunicação de dados, manutenção predial, serviços de assistência médica, contratos de aluguéis, serviços de monitoramento, dentre outros.

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS			
	NE	2021	2020
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		706.397.559,53	742.696.891,82
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		-	-
Impostos		-	-
Taxas		-	-
Contribuições de Melhoria		-	-
Contribuições		-	-
Contribuições Sociais		-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico		-	-
Contribuição de Iluminação Pública		-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais		-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		-	-
Venda de Mercadorias		-	-
Vendas de Produtos		-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços		-	-
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		16.320,09	31.387,46
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos		-	-
Juros e Encargos de Mora		16.320,09	31.387,46
Variações Monetárias e Cambiais		-	-
Descontos Financeiros Obtidos		-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras		-	-
Aportes do Banco Central		-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		-	-
Transferências e Delegações Recebidas	7	696.242.898,44	724.075.990,52
Transferências Intragovernamentais		695.818.991,44	724.031.053,87
Transferências Intergovernamentais		-	-
Transferências das Instituições Privadas		-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais		-	-
Transferências de Consórcios Públicos		-	-
Transferências do Exterior		-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes		-	-
Transferências de Pessoas Físicas		-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas		423.907,00	44.936,65
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	8	3.390.844,49	11.465.844,20
Reavaliação de Ativos		-	10.279.070,21
Ganhos com Alienação		-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos		3.380.501,06	1.124.033,18
Ganhos com Desincorporação de Passivos		10.343,43	62.740,81
Reversão de Redução ao Valor Recuperável		-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		6.747.496,51	7.123.669,64
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar		-	-
Resultado Positivo de Participações		-	-
Operações da Autoridade Monetária		-	-
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas		-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		6.747.496,51	7.123.669,64

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		717.778.175,89	752.142.218,98
Pessoal e Encargos	9	520.277.603,39	515.804.276,19
Remuneração a Pessoal		416.987.781,94	415.119.345,44
Encargos Patronais		79.924.428,45	77.647.743,28
Benefícios a Pessoal		23.309.635,59	22.995.220,95
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos		55.757,41	41.966,52
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	9	116.722.625,82	116.736.029,83
Aposentadorias e Reformas		92.745.911,86	92.958.476,01
Pensões		23.785.930,27	22.893.909,68
Benefícios de Prestação Continuada		-	-
Benefícios Eventuais		-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda		-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais		190.783,69	883.644,14
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	10	73.109.706,92	108.901.550,70
Uso de Material de Consumo		1.391.514,03	8.850.225,42
Serviços		60.735.565,39	84.580.714,60
Depreciação, Amortização e Exaustão		10.982.627,50	15.470.610,68
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		792,15	322,43
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos		-	-
Juros e Encargos de Mora		788,65	234,77
Variações Monetárias e Cambiais		-	-
Descontos Financeiros Concedidos		3,50	87,66
Aportes ao Banco Central		-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		-	-
Transferências e Delegações Concedidas	7	7.221.905,83	10.039.702,16
Transferências Intragovernamentais		6.837.812,38	7.192.757,35
Transferências Intergovernamentais		-	1.300.000,00
Transferências a Instituições Privadas		-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais		-	-
Transferências a Consórcios Públicos		-	-
Transferências ao Exterior		-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes		-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas		384.093,45	1.546.944,81
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	8	90.932,47	170.978,73
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas		-	-
Perdas com Alienação		-	-
Perdas Involuntárias		3.651,74	56,80
Incorporação de Passivos		-	-
Desincorporação de Ativos		87.280,73	170.921,93
Tributárias		102.607,48	92.810,59
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		7.478,61	9.891,99
Contribuições		95.128,87	82.918,60
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados		-	-
Custo das Mercadorias Vendidas		-	-
Custos dos Produtos Vendidos		-	-
Custo dos Serviços Prestados		-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas		252.001,83	396.548,35
Premiações		2.754,00	-
Resultado Negativo de Participações		-	-
Operações da Autoridade Monetária		-	-
Incentivos		-	-
Subvenções Econômicas		-	-
Participações e Contribuições		-	-
Constituição de Provisões		-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas		249.247,83	396.548,35
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO		-11.380.616,36	-9.445.327,16

A Demonstração das Variações Patrimoniais evidencia as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, indicando o resultado patrimonial do exercício, que pode apresentar superávit ou déficit.

Conforme demonstrado, o Resultado Patrimonial de 2021 apresentou um déficit de R\$ 11.380.616,36, aumento em torno de 20,49% em relação ao exercício anterior. A ocorrência é justificada, em sua maior parte, pela redução das Transferências Intragovernamentais em 3,90%. Soma-se a isso os reconhecimentos de provisões de férias, constituição de depreciações dos bens móveis e imóveis, bem como das amortizações dos bens intangíveis.

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	-	-	-	-
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
DEFICIT			699.163.316,66	699.163.316,66
TOTAL			699.163.316,66	699.163.316,66
CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS	-	10.587.105,00	-	-10.587.105,00
Superavit Financeiro	-	-	-	-
Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados	-	10.587.105,00	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	684.399.661,00	688.116.766,00	689.094.138,55	680.434.049,46	680.099.791,40	-977.372,55
Pessoal e Encargos Sociais	591.395.580,00	601.959.662,00	602.425.261,83	599.331.450,35	599.331.450,35	-465.599,83
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	93.004.081,00	86.157.104,00	86.668.876,72	81.102.599,11	80.768.341,05	-511.772,72
DESPESAS DE CAPITAL	3.230.000,00	10.100.000,00	10.069.178,11	1.970.254,43	1.970.254,43	30.821,89
Investimentos	3.230.000,00	10.100.000,00	10.069.178,11	1.970.254,43	1.970.254,43	30.821,89
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	687.629.661,00	698.216.766,00	699.163.316,66	682.404.303,89	682.070.045,83	-946.550,66
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA /	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	687.629.661,00	698.216.766,00	699.163.316,66	682.404.303,89	682.070.045,83	-946.550,66
TOTAL	687.629.661,00	698.216.766,00	699.163.316,66	682.404.303,89	682.070.045,83	-946.550,66

O Balanço Orçamentário demonstra as receitas e as despesas orçamentárias. Conforme se observa, não há registro de valores na parte das receitas, uma vez que o TRE/MG não possui receita própria. Assim, há um lançamento de déficit junto às receitas para evidenciar o equilíbrio do demonstrativo.

As despesas com Pessoal e Encargos Sociais (R\$ 599.331.450,35) representam 87,86% das despesas totais pagas, no montante de R\$ 682.070.045,83. Esse percentual é explicado em razão da função específica de prestação de serviços jurisdicionais e administrativos pelo TRE/MG, ocorrendo maior gasto com pessoal.

A diferença apurada entre as despesas empenhadas e a dotação atualizada, de R\$ 977.372,55, sendo R\$ 465.599,83 referente a Pessoal e Encargos Sociais e R\$ 511.772,72 a Outras Despesas Correntes, podem ser explicadas em razão dos valores executados pelo TRE/MG provenientes de descentralizações orçamentárias efetuadas pelo TSE e outros Regionais no exercício de 2021, a título de Provisões para realização de gastos com pessoal, encargos e custeio na ação Pleitos Eleitorais, além de outras despesas correntes na ação Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral.

Os valores negativos são o resultado da diferença entre a dotação atualizada, que não compreende as provisões recebidas do TSE e de outros Regionais, e as despesas empenhadas. Neste último grupo, considera-se tanto a dotação recebida na Lei Orçamentária Anual quanto as provisões recebidas de outros Órgãos.

Assim, houve um acréscimo de R\$ 2.479.718,91, sendo R\$ 1.708.744,00 na conta Pessoal e Encargos Sociais e R\$ 770.974,91 em Outras Despesas Correntes, gerando saldo final de dotação positivo, pois a diferença entre a dotação atualizada real e as despesas empenhadas foi suprida pelos repasses não pertencentes ao orçamento do TRE/MG. Com isso, tem-se R\$ 1.502.346,36 no saldo real da dotação, sendo este o montante superior às despesas empenhadas.

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	23.534,77	17.433.282,67	14.060.013,47	14.059.473,91	2.590.679,07	806.664,46
Pessoal e Encargos Sociais	6.661,29	10.570.405,10	9.748.229,24	9.748.229,24	464.280,81	364.556,34
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	16.873,48	6.862.877,57	4.311.784,23	4.311.244,67	2.126.398,26	442.108,12
DESPESAS DE CAPITAL	-	3.927.239,70	3.927.239,70	3.927.239,70	-	-
Investimentos	-	3.927.239,70	3.927.239,70	3.927.239,70	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	23.534,77	21.360.522,37	17.987.253,17	17.986.713,61	2.590.679,07	806.664,46

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	36.518,33	183.064,58	190.746,17	10.343,43	18.493,31
Pessoal e Encargos Sociais	558,74	-	-	-	558,74
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	35.959,59	183.064,58	190.746,17	10.343,43	17.934,57
DESPESAS DE CAPITAL	265,89	-	-	-	265,89
Investimentos	265,89	-	-	-	265,89
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	36.784,22	183.064,58	190.746,17	10.343,43	18.759,20

Os Demonstrativos de Restos a Pagar Processados e Não Processados evidenciam os compromissos assumidos com terceiros pelo TRE/MG, relativos a despesas continuadas acobertadas por notas de empenhos emitidas em 2020, cuja execução e pagamento desses serviços e fornecimentos ocorreram durante o exercício de 2021.

A inscrição dos Restos a Pagar Não Processados foi de R\$ 21.360.522,37, incluídos os inscritos em exercícios anteriores. Os Restos a Pagar Não Processados pagos em 2021, de R\$ 17.986.713,61, corresponderam a 84,20% do valor inscrito, demonstrando uma ótima execução.

Já os cancelamentos, no valor de R\$ 2.590.679,07 representaram 12,12% em relação ao montante dos RPNP. Os cancelamentos correspondem, principalmente, às notas de empenho emitidas por estimativa para atender despesas com fornecimento de água, energia elétrica, serviços telefônicos, serviços de correios e manutenção predial, cujos valores não foram realizados em razão de estimativa a maior decorrente da natureza dessas despesas.

BALANÇO FINANCEIRO

INGRESSOS		
ESPECIFICAÇÃO	2021	2020
Receitas Orçamentárias	-	-
Ordinárias	-	-
Vinculadas	-	-
Previdência Social (RPPS)	-	-
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-	-
Transferências Financeiras Recebidas	695.818.991,44	724.031.053,87
Resultantes da Execução Orçamentária	685.677.722,77	722.066.917,80
Sub-repasso Recebido	685.677.722,77	722.066.917,80
Independentes da Execução Orçamentária	10.141.268,67	1.964.136,07
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	10.033.897,43	1.925.745,72
Demais Transferências Recebidas	155,39	10.896,73
Movimentação de Saldos Patrimoniais	107.215,85	27.493,62
Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	27.400.425,49	28.849.722,86
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	334.258,06	183.064,58
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	16.759.012,77	21.360.522,37
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	3.576.713,52	151.768,91
Outros Recebimentos Extraorçamentários	6.730.441,14	7.154.367,00
Arrecadação de Outra Unidade	6.730.441,14	7.154.367,00
Saldo do Exercício Anterior	10.354.781,13	6.500.902,72
Caixa e Equivalentes de Caixa	10.354.781,13	6.500.902,72
TOTAL	733.574.198,06	759.381.679,45
DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2021	2020
Despesas Orçamentárias	699.163.316,66	736.728.942,54
Ordinárias	561.181.138,09	601.448.822,29
Vinculadas	137.982.178,57	135.280.120,25
Seguridade Social (Exceto Previdência)	14.917.454,68	14.893.171,00
Previdência Social (RPPS)	116.130.080,39	112.537.417,70
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	6.934.643,50	7.849.531,55
Transferências Financeiras Concedidas	6.837.812,38	7.192.757,35
Resultantes da Execução Orçamentária	-	-
Independentes da Execução Orçamentária	6.837.812,38	7.192.757,35
Movimento de Saldos Patrimoniais	6.837.812,38	7.192.757,35
Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-
Pagamentos Extraorçamentários	21.795.013,92	5.105.198,43
Pagamento dos Restos a Pagar Processados	190.746,17	77.996,35
Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	17.986.713,61	4.880.310,50
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	3.617.554,14	146.891,58
Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	-
Saldo para o Exercício Seguinte	5.778.055,10	10.354.781,13
Caixa e Equivalentes de Caixa	5.778.055,10	10.354.781,13
TOTAL	733.574.198,06	759.381.679,45

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	2021	2020
	1.320.768,10	5.728.854,43
INGRESSOS	706.126.146,10	731.337.189,78
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	-	-
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	-	-
Transferências Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Recebidas	-	-
Outros Ingressos Operacionais	706.126.146,10	731.337.189,78
Ingressos Extraorçamentários	3.576.713,52	151.768,91
Transferências Financeiras Recebidas	695.818.991,44	724.031.053,87
Arrecadação de Outra Unidade	6.730.441,14	7.154.367,00
DESEMBOLSOS	-704.805.378,00	-725.608.335,35
Pessoal e Demais Despesas	-616.110.386,97	-640.919.404,54
Judiciário	-499.072.196,63	-524.817.138,96
Previdência Social	-117.038.190,34	-116.102.265,58
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-78.239.624,51	-77.349.281,88
Intergovernamentais	-	-1.300.000,00
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-1.300.000,00
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-78.239.624,51	-76.049.281,88
Outras Transferências Concedidas	-	-
Outros Desembolsos Operacionais	-10.455.366,52	-7.339.648,93
Dispêndios Extraorçamentários	-3.617.554,14	-146.891,58
Transferências Financeiras Concedidas	-6.837.812,38	-7.192.757,35
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-5.897.494,13	-1.874.976,02
INGRESSOS	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-5.897.494,13	-1.874.976,02
Aquisição de Ativo Não Circulante	-3.074.060,81	-1.658.598,98
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-2.823.433,32	-216.377,04
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Dependentes	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-4.576.726,03	3.853.878,41
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	10.354.781,13	6.500.902,72
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	5.778.055,10	10.354.781,13

1.3. RESUMO DOS PRINCIPAIS CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS

Caixa e equivalentes de caixa

Incluem os recursos financeiros na conta única e depósitos bancários na Caixa Econômica Federal. As disponibilidades de caixa do TRE/MG são mantidas na conta única da União, em observância ao princípio da unidade de tesouraria, mantida no Banco Central do Brasil, acolhendo todas as disponibilidades financeiras da União. Os depósitos bancários mantidos na Caixa Econômica Federal correspondem às garantias contratuais oferecidas pelas empresas contratadas. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

Créditos e valores a curto prazo

Correspondem aos valores a receber a curto prazo e referem-se a Salários e Ordenados – Pagamento Antecipado, Créditos a Receber por Folha de Pagamento e Créditos a Receber Decorrentes de Infrações. O TRE/MG não utiliza a rubrica Ajustes para Perdas Prováveis devido à especificidade dos seus créditos.

Estoques

Os estoques representam os bens de consumo necessários aos atendimentos mensais de todos os setores administrativos do TRE/MG. Os estoques são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição, sendo que o método para mensuração ou avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado.

Ativo realizável a longo prazo e investimentos

O TRE/MG não possui créditos a receber a longo prazo e nem recursos aplicados em investimentos.

Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. O ativo imobilizado é mensurado ou avaliado com base no valor de aquisição, produção ou construção, ficando sujeito à depreciação quando seus elementos tiverem vida útil econômica limitada. Cumpre esclarecer que os bens móveis do TRE/MG foram reavaliados, com exceção das Coleções e Materiais Bibliográficos registrados antes do exercício de 2010, que aguarda momento oportuno para efetivação da reavaliação.

Com relação aos bens imóveis, os de uso especial são controlados pelo Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário de Uso Especial da União (SPIUNET), sob a gestão da Secretaria de Patrimônio da União, da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração do Poder Executivo Federal.

Intangível

Corresponde às aquisições de softwares e renovações de licenças de uso, bens incorpóreos, destinados à manutenção das atividades do TRE/MG. São mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção. Os bens intangíveis de vida útil definida são amortizados mensalmente, cujo registro é representado pela conta de amortização acumulada.

Depreciação de bens móveis

O método de cálculo da depreciação é o das cotas constantes, sendo que a vida útil econômica do ativo é definida na Macrofunção SIAFI nº 020330, editada pela Secretaria do Tesouro Nacional. A depreciação dos bens móveis é iniciada a partir do momento da colocação do bem em uso.

Depreciação dos bens imóveis

Os bens imóveis são controlados pelo Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário de Uso Especial da União (SPIUNET), sob a gestão da Secretaria de Patrimônio da União, da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração do Poder Executivo Federal. O cálculo e a contabilização dos encargos da depreciação dos bens imóveis são de responsabilidade da mencionada secretaria.

Passivo

O passivo circulante do TRE/MG corresponde às contas de Pessoal a Pagar, Encargos a Pagar, Fornecedores e Contas a Pagar e Demais Obrigações a Curto Prazo, como depósitos de terceiros de conta caução. Essas obrigações são mensuradas pelos valores conhecidos ou calculáveis.

Provisões

No caso do TRE/MG, as provisões correspondem aos encargos trabalhistas de férias e décimo terceiro salário. As provisões são reconhecidas quando a possibilidade de saída de recursos é provável e é possível a estimativa confiável do seu valor.

Cabe esclarecer que, por orientação da Coordenação-Geral de Contabilidade da União, através da Macrofunção 021142 – Folha de Pagamento, em atendimento ao Acórdão nº 1322/2018, do TCU/Plenário, a partir do exercício de 2018 ocorreu importante adequação nos critérios de constituição das provisões de férias e abono constitucional de férias, bem como do décimo terceiro salário, em consonância com o regime de competência.

Assim, a provisão mensal de férias passou a ser calculada considerando o valor do abono constitucional de férias, na proporção de 1/3 (um terço), acrescido do salário do período de férias. Em relação à conta de décimo terceiro salário, o novo critério estabelece a apropriação mensal reconhecendo a obrigação do duodécimo da referida despesa.

Apuração do resultado do Exercício

O resultado do exercício do TRE/MG é apurado em consonância com a Lei 4.320/64, com a Lei Complementar 101/2000 e as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público. Assim, a execução do orçamento desta Unidade cumpre as determinações do Plano Plurianual (PPA), da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e da própria Lei Orçamentária Anual (LOA), na qual as receitas são previstas e as despesas são fixadas. Cabe ressaltar que o TRE/MG não possui receita própria. As arrecadações de multas eleitorais são destinadas ao Fundo Partidário, administrado pelo TSE, e ao Tesouro Nacional.

Da execução das suas dotações orçamentárias e dos recebimentos dos fluxos financeiros (transferências recebidas), bem como das alterações independentes da execução orçamentária, apura-se, no final do exercício, o resultado patrimonial, em que é realizada a confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e as variações patrimoniais diminutivas (VPD).

As VPA são reconhecidas pelo regime de competência quando for provável a ocorrência de benefícios econômicos e quando puderem ser mensuradas. Seguem o regime de caixa as transferências recebidas, sendo uma exceção ao regime de competência, conforme preconiza o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP.

As VPD também são reconhecidas pelo regime de competência, quando for provável a ocorrência de decréscimos nos benefícios econômicos, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de compromissos. A exceção se refere às despesas oriundas da restituição de receitas e às transferências concedidas, que seguem o regime de caixa.

1.4. NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Nota 1 – Caixa e Equivalente de Caixa

ATIVO			
ESPECIFICAÇÃO	2021	2020	AH %
ATIVO CIRCULANTE	13.292.857,39	14.650.936,03	-9,27
Caixa e Equivalentes de Caixa	5.778.055,10	10.354.781,13	-44,20
Créditos a Curto Prazo	770.947,00	612.996,14	
Demais Créditos e Valores	770.947,00	612.996,14	
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-	
Estoques	6.490.488,96	3.142.583,49	106,53
Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda	-	-	
VPDs Pagas Antecipadamente	253.366,33	540.575,27	

O Ativo Circulante é formado pelos bens e direitos para uso imediato e a curto prazo, sendo composto pelas contas Caixa e Equivalentes de Caixa e Estoques. O item Caixa e Equivalentes de Caixa compreende os valores disponíveis na Conta Única do Tesouro Nacional e na Caixa Econômica Federal, representando os recursos necessários ao pagamento das obrigações imediatas do TRE/MG. Os recursos financeiros depositados na Caixa Econômica Federal referem-se aos depósitos de caução, de titularidade das empresas prestadoras de serviços contratadas, para prestação de garantia contratual. Mensalmente é efetuada a programação financeira junto à COFIC/TSE para o recebimento dos recursos financeiros com o objetivo de realizar os pagamentos das obrigações mensais do TRE/MG.

A redução de 44,20% dos valores contidos na conta Caixa no final do exercício de 2021 pode ser explicada em razão de realizações de pagamentos em um montante maior no mês de dezembro/2021, resultando em uma transposição de saldo de caixa menor para o atendimento de pagamentos imediatos do início do exercício seguinte.

Nota 2 – Estoques

Os estoques correspondem aos bens de consumo necessários ao atendimento das demandas mensais das unidades do TRE/MG e são mensurados com base no valor de aquisição. Conforme demonstrado, houve um aumento de 106,53% dos estoques disponíveis no exercício de 2021, quando comparados ao exercício de 2020. Tal aumento pode ser explicado, principalmente, pela entrada de materiais de consumo por devolução dos cartórios eleitorais no montante de R\$ 2.957.932,63, relativos a flashcards, unidades de memória e outros itens vinculados ao uso de urnas eletrônicas, representando 45,57% dos estoques no exercício de 2021.

Nota 3 - Imobilizado e Intangível

ATIVO			
ESPECIFICAÇÃO	2021	2020	AH %
ATIVO NÃO CIRCULANTE	106.390.148,95	94.466.727,83	12,62
Ativo Realizável a Longo Prazo	-	-	
Investimentos	-	-	
Imobilizado	96.306.495,22	87.125.160,34	10,54
Bens Móveis	51.334.315,86	42.069.371,20	22,02
Bens Imóveis	98.859.990,65	87.727.760,66	
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-47.525.674,79	-45.658.389,46	
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-	
Bens Imóveis	44.972.179,36	45.055.789,14	-0,19
Bens Imóveis	49.978.608,82	49.978.608,82	
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-5.006.429,46	-4.922.819,68	
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-	
Intangível	10.083.653,73	7.341.567,49	37,35
Softwares	10.083.653,73	7.341.567,49	
Softwares	10.232.640,41	7.428.292,61	
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-148.986,68	-86.725,12	
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-	

As contas contábeis de Bens Móveis e Bens Imóveis representam os investimentos do TRE/MG necessários à consecução dos seus objetivos institucionais.

Os bens móveis do TRE/MG são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição, produção ou construção, ficando sujeitos à depreciação quando seus elementos tiverem vida útil econômica limitada.

Todos os bens móveis pertencentes ao TRE/MG encontram-se em plena depreciação. Cumpre esclarecer que as Coleções e Materiais Bibliográficos adquiridas até 2009, em razão de suas peculiaridades, estão pendentes de reavaliação. Os adquiridos a partir do ano de 2010 estão sendo submetidos à depreciação.

A metodologia de cálculo da depreciação é a das cotas constantes, por ser mais adequada à realidade do TRE/MG. A metodologia adotada para estimar a vida útil econômica do ativo é a definida na Macrofunção SIAFI nº 020330, editada pela Secretaria do Tesouro Nacional.

Importante salientar que, do montante registrado na conta Bens Móveis, 73,22% referem-se a equipamentos de tecnologia da informação e comunicação, incluídas as urnas eletrônicas. Cabe destacar que no exercício de 2021 houve a reavaliação de 49.187 urnas eletrônicas, nos termos do Ofício-Circular GAB-DG nº 110/2021 TSE, resultando no valor da depreciação de R\$ 7.715.676,90 e em uma reavaliação no montante de R\$ 17.402.449,71, o que ocasionou um acréscimo patrimonial no valor de R\$ 9.686.772,81, classificado como Ajustes de Exercícios Anteriores, justificando a variação na conta Bens Móveis em 22,02%.

O Ativo intangível do TRE/MG corresponde às aquisições e renovações de licenças de uso de softwares necessários ao desenvolvimento dos sistemas operacionais de tecnologia da informação. No exercício de 2021 houve um acréscimo de 37,35% em relação ao ano de 2020, objetivando atender às necessidades operacionais do Tribunal, destacando-se a aquisição de software para continuidade do funcionamento de banco de dados Oracle em caso de desastres, efetuada em outubro/2021.

Vida útil e valor residual dos Bens Móveis

	DESCRIÇÃO	VIDA ÚTIL (ANOS)	VALOR RESIDUAL (%)
14212.04.00	APARELHOS DE MEDIÇÃO E ORIENTAÇÃO	15	10%
14212.06.00	APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO	10	20%
14212.08.00	APAR.,EQUIP.E UTENS.MED.,ODONT.,LABOR. E HOSP.	15	20%
14212.12.00	APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS	10	10%
14212.18.00	COLEÇÕES E MATERIAIS BIBLIOGRÁFICOS	10	0%
14212.24.00	EQUIP. PROTEÇÃO, SEGURANÇA E SOCORRO	10	10%
14212.28.00	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DE NATUREZA INDUSTRIAL	20	10%
14212.30.00	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGÉTICOS	10	10%
14212.32.00	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS GRÁFICOS	15	10%
14212.33.00	EQUIPAMENTOS PARA ÁUDIO, VÍDEO E FOTO	10	10%
14212.34.00	MÁQUINAS, UTENSÍLIOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS	10	10%
14212.35.00	EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTOS DE DADOS	05	10%
14212.36.00	MÁQUINAS, INSTAL. E UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIO	10	10%
14212.38.00	MÁQUINAS, FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS DE OFICINA	10	10%
14212.39.00	EQUIPAMENTOS HIDRÁULICOS E ELÉTRICOS	10	10%
14212.42.00	MOBILIÁRIO EM GERAL	10	10%
14212.44.00	OBRAS DE ARTE E PEÇAS PARA REPOSIÇÃO	-	-
14212.48.00	VEÍCULOS DIVERSOS	15	10%
14212.51.00	PEÇAS NÃO INCORPORÁVEIS A IMÓVEIS	10	10%
14212.52.00	VEÍCULOS DE TRAÇÃO MECÂNICA	15	10%
14212.57.00	ACESSÓRIOS PARA AUTOMÓVEIS	05	10%

Fonte: Macrofunção SIAFI n.º 020330

Nota: Código de Contas vigentes antes do PCASP

Depreciação Acumulada dos Bens Móveis

A seguir, quadro demonstrativo da depreciação acumulada dos Bens Móveis retratando os exercícios de 2020 e 2021, por conta contábil.

CÓDIGO	CONTA	2021	2020
1.2.3.1.1.01.01	APARELHOS DE MEDIÇÃO E ORIENTAÇÃO	11.297,11	9.853,96
1.2.3.1.1.01.02	APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO	551.343,85	518.521,50
1.2.3.1.1.01.03	EQUIPAM/UTENSÍLIOS MÉDICOS, ODONTO., LAB. E HOSP.	43.063,94	36.311,95
1.2.3.1.1.01.05	EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO, SEGURANÇA E SOCORRO	606.390,33	657.530,99
1.2.3.1.1.01.06	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS	13.351,34	11.801,90
1.2.3.1.1.01.07	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGÉTICOS	653.810,26	591.533,15
1.2.3.1.1.01.08	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS GRÁFICOS	234.172,20	208.897,38
1.2.3.1.1.01.09	MÁQUINAS, FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS DE OFICINA	4.963,35	4.363,36
1.2.3.1.1.01.12	EQUIPAMENTOS, PEÇAS E ACESSÓRIOS P/AUTOMÓVEIS	24.561,36	25.724,34
1.2.3.1.1.01.21	EQUIPAMENTOS HIDRÁULICOS E ELÉTRICOS	283,50	266,95
1.2.3.1.1.01.25	MÁQUINAS, UTENSÍLIOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS	649.293,73	577.471,15
1.2.3.1.1.02.01	EQUIPAMENTOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	34.250.450,76	33.588.505,55
1.2.3.1.1.03.01	APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS	845.502,72	731.031,73
1.2.3.1.1.03.02	MÁQUINAS E UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIO	341.794,96	309.513,18
1.2.3.1.1.03.03	MOBILIÁRIO EM GERAL	6.011.842,12	5.566.314,84
1.2.3.1.1.04.02	COLEÇÕES E MATERIAIS BIBLIOGRÁFICOS	354.101,74	289.074,35
1.2.3.1.1.04.05	EQUIPAMENTOS PARA ÁUDIO, VÍDEO E FOTO	543.715,38	489.316,71
1.2.3.1.1.05.01	VEÍCULOS EM GERAL	98.192,42	84.991,48
1.2.3.1.1.05.03	VEÍCULOS DE TRACÇÃO MECÂNICA	2.070.321,86	1.757.258,37
1.2.3.1.1.99.09	PEÇAS NÃO INCORPORÁVEIS A IMÓVEIS	217.221,86	200.106,62
TOTAIS		47.525.674,79	45.658.389,46

Nota 4 – Bens Imóveis

O TRE/MG possui 24 (vinte e quatro) imóveis próprios, sendo 8 (oito) para sua sede e unidades administrativas, bem como Cartórios Eleitorais em Belo Horizonte, e 16 (dezesseis) unidades em cidades do interior. Destes, 01 (um) imóvel de uso especial ainda não foi registrado no sistema SPIUNET, não sendo considerado para os lançamentos de depreciação. Os bens imóveis do TRE/MG ainda não passaram por processos de reavaliação, atribuição a cargo da entidade, que deverá criar comissão especializada encarregada do levantamento e avaliação atualizada dos imóveis. Com o objetivo de atender ao princípio da transparência, são relacionados os dados relativos aos bens imóveis pertencentes ao TRE/MG.

Depreciação Acumulada de Bens Imóveis

No quadro a seguir encontra-se demonstrada a evolução da depreciação acumulada dos bens imóveis nos exercícios de 2020 e 2021.

123810200 - DEPRECIAÇÃO ACUMULADA IMÓVEIS		
CONTA	2021	2020
123210101 - Imóveis Residenciais e Comerciais	376.617,95	366.871,86
123210102 - Edifícios	4.082.331,65	4.015.821,89
123210104 - Galpões	366.714,66	363.870,88
123210123 - Lojas	120.493,43	117.643,55
123210124 - Salas	60.271,77	58.611,50
TOTAL	5.006.429,46	4.922.819,68

O lançamento mensal da depreciação de bens imóveis é feito pela UG 170999 – Coordenação Geral de Contabilidade – CCONT/STN. A apuração da depreciação dos bens imóveis é de responsabilidade da mencionada Secretaria, com base nos valores constantes do Sistema SPIUNET. Os bens imóveis da União são gerenciados pela Secretaria de Patrimônio da União, por meio do SPIUNET (Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União), conforme estabelecido na Portaria Conjunta nº 03, de 10/12/2014 que definiu, inclusive, os critérios para mensuração, atualização e reavaliação dos bens imóveis.

BENS IMÓVEIS				
CONTA CONTÁBIL	ÚLTIMA AVALIAÇÃO	LOCAL DO IMÓVEL	VALOR ESCRITURADO	DEPRECIACÃO 2021
Residenciais e Comerciais 12321.01.01	05/02/2015	Araçuaí	378.589,18	-
	26/09/2013	Luz	101.956,62	357,76
	26/07/2012	Sacramento	116.940,00	209,41
	23/09/2004	Bernardo Mascarenhas, 317, BH	333.862,47	1.259,06
	11/09/2003	Venda Nova - BH	884.591,62	1.719,20
	21/01/2016	Montes Claros	238.000,00	2.540,94
	11/04/2008	São Sebastião do Paraíso	357.877,42	2.664,74
	14/11/2013	Perdizes	260.232,89	298,02
	03/10/2018	Espinosa	245.417,62	162,80
	26/11/2013	Bonfinópolis de Minas	149.800,02	534,16
			SUBTOTAL	3.067.267,84
Edifícios 12321.01.02	14/10/2004	Manhumirim	445.179,74	3.387,53
	10/11/2005	Av. Prudente de Moraes, 100, BH	9.126.875,96	17.949,22
	24/05/2005	Av. Prudente de Moraes, 320, BH	11.528.121,35	19.583,86
	02/09/2010	Stradvarius - BH	10.302.698,50	16.874,35
	12/11/2012	Prata	174.575,31	472,19
	16/12/2014	Nova Ponte	525.012,97	1.963,43
	11/05/2020	Paracatu	971.285,80	294,90
	31/10/2017	Ponte Nova	1.074.236,87	925,95
	23/05/2013	Ed Acaiaca, BH	694.796,93	3.083,72
		SUBTOTAL	35.457.487,93	66.509,76
Galpões - 12321.01.04	06/10/2003	Contagem	4.022.065,00	2.843,78
Lojas 12321.01.23	06/11/2006	Barreiro	426.225,00	2.149,76
	11/09/2003	Av Cristiano Machado, BH	122.031,87	700,12
		SUBTOTAL	548.256,87	2.849,88
Salas - 12321.01.24	21/03/2011	Bom Sucesso	452.999,90	1.660,27
		TOTAL	43.548.077,54	83.609,78

Nota 5 – Passivo Circulante

PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	2021	2020	AH %
PASSIVO CIRCULANTE	24.207.097,45	19.056.654,59	27,03
Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	23.835.301,11	18.779.879,11	26,92
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	342.700,67	206.046,83	66,32
Demais Obrigações a Curto Prazo	29.095,67	70.728,65	-58,86

O grupo de contas Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar registrou no final de 2021 o montante de R\$ 23.835.301,11. Desse valor, R\$ 23.795.805,28 referem-se à constituição da provisão de férias e do terço constitucional de férias. Houve um aumento de 26,92% em decorrência de ajustes na forma de apuração dos valores a serem registrados, provenientes de alterações nos programas utilizados pela justiça eleitoral, orientados pelo TSE.

Cabe esclarecer que, por orientação da Coordenação-Geral de Contabilidade da União, através da Macrofunção 021142 – Folha de Pagamento, em atendimento ao Acórdão nº 1322/2018, do TCU/Plenário, a partir do exercício de 2018 houve a adequação dos critérios de constituição das provisões de férias e abono constitucional de férias, em consonância com o regime de competência. Assim, a provisão mensal de férias passou a ser calculada considerando o valor do abono constitucional de férias, na proporção de 1/3 (um terço) acrescido do salário correspondente ao mês de férias.

Nota 6 – Patrimônio Líquido

PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
ESPECIFICAÇÃO	2021	2020	AH %
Resultados Acumulados	95.475.908,89	90.061.009,27	6,01
Resultado do Exercício	-11.380.616,36	-9.445.327,16	20,49
Resultados de Exercícios Anteriores	90.061.009,27	99.900.097,23	-9,85
Ajustes de Exercícios Anteriores	16.795.515,98	-393.760,80	-4.365,41

O resultado do exercício de 2021 apresentou um déficit na ordem de R\$ 11.380.616,36, aumento em torno de 20,49%, se comparado ao exercício anterior. A ocorrência é justificada, em sua maior parte, pela redução das Transferências Intragovernamentais em 3,90%. Soma-se a isso os reconhecimentos de provisões de férias, constituição de depreciações dos bens móveis e imóveis, bem como das amortizações dos bens intangíveis.

Na conta Ajustes de Exercícios Anteriores foi efetuado o lançamento de R\$ 17.402.449,71 pela variação na reavaliação das urnas eletrônicas efetuada em maio/2021. Conforme orientação do TSE (Ofício-Circular GAB-DG nº 110/2021), o resultado da reavaliação das urnas eletrônicas efetuado em maio/2021 sofreu alteração nos lançamentos, sendo reclassificado para 'ajustes de exercícios anteriores', o que justifica o aumento de 4.365,41% nos saldos da referida conta.

Assim, o item Resultados Acumulados, de R\$ 95.475.908,89 sofreu uma variação positiva de 6.01%, justificada principalmente pela realização de reavaliação de urnas eletrônicas.

Nota 7 – Transferências e Delegações Recebidas e Concedidas

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS			
	2021	2020	AH %
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	706.397.559,53	742.696.891,82	-4,89
Transferências e Delegações Recebidas	696.242.898,44	724.075.990,52	-3,84
Transferências Intragovernamentais	695.818.991,44	724.031.053,87	
Outras Transferências e Delegações Recebidas	423.907,00	44.936,65	
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	717.778.175,89	752.142.218,98	-4,57
Transferências e Delegações Concedidas	7.221.905,83	10.039.702,16	-28,07
Transferências Intragovernamentais	6.837.812,38	7.192.757,35	
Transferências Intergovernamentais	-	1.300.000,00	
Outras Transferências e Delegações Concedidas	384.093,45	1.546.944,81	

As Transferências e Delegações Recebidas representam variações patrimoniais aumentativas, ou seja, os recursos financeiros e doações de bens recebidos pelo TRE/MG, bem como a movimentação de urnas eletrônicas entre os Tribunais Regionais Eleitorais e o Tribunal Superior Eleitoral.

Destaca-se a conta Transferências Intragovernamentais na ordem de R\$ 695.818.991,44, um decréscimo de 3,84% em relação ao exercício de 2020, o que é explicado por não terem sido realizadas eleições no exercício de 2021, reduzindo os valores recebidos em razão da diminuição das despesas no exercício. Cabe esclarecer que o TRE/MG não possui receita própria, isto é, não realiza arrecadação para cobrir os gastos com suas atividades. O mencionado montante representa os recursos financeiros recebidos pelo TRE/MG do Tesouro Nacional, via sub-repasse do TSE, para fazer face aos pagamentos de despesas com pessoal e encargos, benefícios previdenciários (aposentadorias e pensões) e das despesas contratuais necessárias ao cumprimento de seu objetivo institucional.

Do valor da rubrica Outras Transferências e Delegações Recebidas, R\$ 422.378,00 referem-se a doações de álcool gel e máscaras descartáveis para prevenção da disseminação da pandemia de COVID-19 nas dependências do TRE/MG.

As Transferências e Delegações Concedidas representam as variações patrimoniais diminutivas, compostas por saldos patrimoniais decorrentes de recolhimento de multas eleitorais e ressarcimentos ao Tesouro Nacional, bem com desincorporação de ativos por doação ou transferências a outros Regionais. Como 2021 não foi ano eleitoral, não houve rubrica destinada às Transferências Intergovernamentais, usualmente destinada ao convênio para pagamento da Polícia Militar de Minas Gerais por serviços prestados nas eleições.

Nota 8 – Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos x Desvalorização e Perdas de Ativos e Incorporação de Passivos

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS			
	2021	2020	AH %
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	706.397.559,53	742.696.891,82	-4,89
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	3.390.844,49	11.465.844,20	-70,43
Reavaliação de Ativos	-	10.279.070,21	
Ganhos com Incorporação de Ativos	3.380.501,06	1.124.033,18	200,75
Ganhos com Desincorporação de Passivos	10.343,43	62.740,81	-83,51
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	717.778.175,89	752.142.218,98	-4,57
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	90.932,47	170.978,73	-46,82
Perdas Involuntárias	3.651,74	56,80	
Desincorporação de Ativos	87.280,73	170.921,93	

Na análise desse grupo de contas, destacam-se os Ganhos com Incorporação de Ativos, com aumento de 200,75%, ocasionado em sua maior parte pelas entradas de materiais de consumo devolvidos pelos cartórios eleitorais, utilizados nas Eleições 2020.

Nota 9 – Pessoal e Encargos e Benefícios Previdenciários e Assistenciais

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS			
	2021	2020	AH %
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	717.778.175,89	752.142.218,98	-4,57
Pessoal e Encargos	520.277.603,39	515.804.276,19	0,87
Remuneração a Pessoal	416.987.781,94	415.119.345,44	
Encargos Patronais	79.924.428,45	77.647.743,28	
Benefícios a Pessoal	23.309.635,59	22.995.220,95	
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	55.757,41	41.966,52	
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	116.722.625,82	116.736.029,83	-0,01
Aposentadorias e Reformas	92.745.911,86	92.958.476,01	
Pensões	23.785.930,27	22.893.909,68	
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	190.783,69	883.644,14	

O grupo de contas Pessoal e Encargos e Benefícios Previdenciários e Assistenciais representa as variações patrimoniais diminutivas com pessoal ativo, aposentadorias e pensões dos servidores. No item Remuneração a Pessoal, observa-se que esse gasto se mantém estável em relação ao exercício de 2020.

Nota 10 – Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS			
	2021	2020	AH %
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	717.778.175,89	752.142.218,98	-4,57
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	73.109.706,92	108.901.550,70	-32,87
Uso de Material de Consumo	1.391.514,03	8.850.225,42	-84,28
Serviços	60.735.565,39	84.580.714,60	-28,19
Depreciação, Amortização e Exaustão	10.982.627,50	15.470.610,68	-29,01
Tributárias	102.607,48	92.810,59	10,56
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	7.478,61	9.891,99	
Contribuições	95.128,87	82.918,60	
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	252.001,83	396.548,35	-36,45
Premiações	2.754,00	-	
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	249.247,83	396.548,35	

Esse grupo de contas representa as variações patrimoniais diminutivas necessárias à manutenção das atividades operacionais do TRE/MG. Corresponde às despesas com materiais de consumo imediato e para estoque, concessão de bolsas de estágios, serviços de assistência médico-hospitalar para os servidores, serviços de capacitação, manutenção predial das instalações utilizadas pelas unidades administrativas e cartórios eleitorais da capital e do interior, serviços de conservação e limpeza, serviços de portaria, motoristas, serviços de comunicação de dados, serviços de telefonia, água e esgoto, energia elétrica, serviços de correios, locação de imóveis para os cartórios eleitorais do interior e unidades administrativas da capital, dentre outros.

O item Uso de Material de Consumo, no montante de R\$ 1.391.514,03, registrou um decréscimo de 84,28% em relação ao exercício de 2020. Observa-se também a redução de 28,19% do montante gasto com o item Serviços. Tais variações são justificadas, primeiramente, por se tratar de exercício não eleitoral, o que por si só já impacta na redução do consumo de materiais e prestação de serviços. Além disso, a opção da realização do trabalho remoto em quase todo o exercício de 2021, em decorrência da pandemia de COVID-19, também contribuiu para a diminuição dos gastos.